



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: A
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO**

ROSILENE APARECIDA DA SILVA PEDRO

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: A
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosilene Aparecida da Silva Pedro

GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. – Avaliador

Prof^a Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira - Orientadora

Rosilene Aparecida da Silva Pedro - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a “Deus” pelo dom da vida e a minha família por entender a minha ausência em muitas horas dedicadas ao estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família especialmente meu esposo Adilson, meus filhos Guilherme e Gabriel que tiveram paciência e compreensão pelos momentos de ausência.

A minha querida amiga Daniela pelo incentivo e apoio.

Aos meus colegas do Curso pela amizade e carinho e professores da Escola de Gestores pela valiosa contribuição em minha formação acadêmica e profissional.

EPÍGRAFE

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

Paulo Freire

RESUMO

O trabalho aqui exposto constitui uma reflexão sobre como o colegiado escolar pode contribuir no desenvolvimento escolar para uma educação de qualidade, ao cumprir sua função de instância de democratização e nas tomadas de decisões. O processo de democratização da educação e sociedade necessita de promoção onde às mudanças nas estruturas busquem priorizar o aperfeiçoamento na escola. A escola desta forma contribui significativamente na democratização da sociedade, onde a democracia participativa exerce um papel importante na organização dos Conselhos Escolares e na constante busca para fazer valer os direitos e responsabilidades definidos e discutidos democraticamente. Analisando o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Cônego Vitor foi possível detectar que, a participação do conselho escolar precisa ser orientada nas suas funções e competências, para que a relação comunidade e escola se deem de forma democrática onde impere o diálogo constante. Vale ressaltar que a atuação deste órgão não se aprende pela leitura de textos e sim exercendo a sua participação, sua relação com a construção da autonomia da escola além do seu papel na instituição de relações democráticas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico - Gestão democrática - Conselho Escolar - Democracia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1.	GES
TÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO.....	11
1.1. Gestão Democrática.....	11
1.2. Conselho Escolar	12
1.3 Atuação do Conselho Escolar na E.M. Cônego Vítor contribuindo para que a gestão seja efetivamente democrática	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	18

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação N° 9394/96, trata da gestão democrática em seu artigo 3º, inciso VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. E em seu art.14 dispõe sobre:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

As mesmas diretrizes se encontram presentes nos seguintes documentos da Escola Municipal Cônego Vitor: Regimentos Escolares, Propostas Pedagógicas, Plano de Desenvolvimento da Escola e Plano de Trabalho do Diretor. Os regimentos escolares especificam que a gestão das escolas será feita pelo diretor escolar numa ação conjunta da direção e do Colegiado Escolar. É possível avaliar que algumas propostas do Projeto Político Pedagógico não se desenvolvem de forma a propiciar impacto positivo na qualidade social da educação por incorporarem apenas no discurso, sem alcançar a prática educacional, evidenciando a desarticulação entre a concepção das políticas educacionais e a prática educacional.

O Colegiado Escolar pode dar uma importante contribuição ao cumprir sua função de instância de democratização da educação e de construção da cidadania. É fundamental que zele pelo uso significativo do tempo pedagógico na escola e participe da gestão democrática da instituição escolar no cumprimento desse seu papel de acompanhar, apoiar, avaliar, fiscalizar e decidir, sendo indicadores de qualidade para melhor gestão escolar.

No entanto, após analisadas as ações e estratégias adotadas pela Escola Municipal Cônego Vitor através de seu Projeto Político Pedagógico, constatou-se que a participação e desempenho de cada segmento do Colegiado Escolar nas tomadas de decisões não é atuante devido a pouca participação de seus membros por não entender a suas reais atribuições conforme previsto no Estatuto do Colegiado.

Assim, este trabalho tem como objetivo conscientizar a gestão colegiada sobre a importância de sua participação no processo de gerenciamento da educação e de aprendizado político e social, para que possam ocupar e realizar a tarefa de gerenciar as decisões públicas no âmbito da educação com qualidade. Isto se deu através de pressupostos teóricos do colegiado escolar e suas instancias de participação, proporcionando assim uma vivencia presente e democrática no espaço escolar.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória. Através da análise de livros, periódicos, bem como, páginas da internet.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

1.1. Gestão Democrática

A gestão democrática é uma prática prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96. É uma forma de exercitar a democracia participativa, podendo contribuir para a própria democratização da sociedade.

De acordo com Pacheco e Mendonça (2012, p. 82), apesar de tantos desafios para construir uma escola que ofereça educação de qualidade, não podemos deixar de registrar os avanços conquistados nos últimos anos. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 determinam de maneira objetiva a necessidade de implantação de processos de gestão democrática nas escolas e nos sistemas de ensino.

Envolver a comunidade escolar, trazê-los à participação, voltar o olhar para as políticas públicas e o atendimento de forma com que a Educação seja de qualidade é promover a gestão democrática.

De acordo com Veiga (1998, p. 115), é necessário considerar, portanto, a inter-relação das instâncias colegiadas. Esse é um desafio: o compromisso e a participação ativa dos integrantes da comunidade escolar.

O fortalecimento de uma gestão democrática e a integração do Conselho Escolar no âmbito escolar irá produzir ganhos quando de fato houver maior envolvimento entre os pares nas tomadas de decisões.

Uma das questões a serem enfrentadas na gestão democrática é o respeito e a abertura de espaço para o “pensar diferente”. É o pluralismo que se consolida como postura de “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola e que sustentam, através do debate e do conflito de ideias, o próprio processo democrático” (ARAÚJO, 2000 p. 134).

No entanto o gestor escolar deve promover junto à comunidade escolar encontros que possibilitem trocas, discussões, onde a participação seja a construção de caminhos para a gestão democrática.

1.2. Conselho Escolar

Uma escola democrática implica no fortalecimento do exercício da cidadania. Entre os mecanismos de participação presentes no interior da escola encontra-se o Conselho Escolar enquanto organismo do colegiado, campo pedagógico de aprendizado das noções de direito e deveres; base da compreensão e desenvolvimento do conceito de cidadão consciente. (REVISTA ESCOLA).

Segundo (PARENTE & LUCK, 1999 s/p), o Conselho Escolar é um órgão colegiado que tem como objetivo promover a participação da comunidade escolar no processo de administração e gestão da escola, visando assegurar a qualidade do trabalho escolar em termos administrativos, financeiros e pedagógicos. A natureza colegiada, bem como a função de acompanhar, fiscalizar todo o funcionamento da escola e promover a participação da comunidade escolar, no conjunto das atividades da escola, são aspectos comuns a esses órgãos, assim como objetivo final de melhorar a qualidade educacional e ampliar o compromisso da comunidade com a ação educacional local. É também uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca construir uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã.

É fator determinante para uma efetiva atuação do Conselho Escolar que este seja participativo e transparente em suas ações e procedimentos, alertando cada conselheiro para a sua real função e exercício desta de maneira responsável. Além disso, o conselho cria vida e movimento quando existe um processo sistêmico e orgânico, favorecendo o desenvolvimento integral da comunidade escolar. (Cartilha, Conselhos Escolares em Movimento).

As reuniões ordinárias do Conselho são públicas e realizadas na sede da escola, sempre que necessário a comunidade escolar é convocada para a assembleia, onde são eleitos ou renovados novos membros. Qualquer integrante da Comunidade Escolar pode solicitar a inclusão de determinado assunto na pauta da reunião, seja de ordem pedagógica, administrativa ou financeira.

O Conselho Escolar mobiliza, opina, decide e acompanha a vida pedagógica, administrativa e financeira da escola desempenhando função normativa que orienta e disciplina ações e procedimentos do cotidiano escolar, por meio de normas, diretrizes e indicações de possibilidades sobre atitudes e comportamentos da/na comunidade escolar. (Cartilha, Conselhos Escolares em Movimento).

1.3 Atuação do Conselho Escolar na E.M. Cônego Vitor contribuindo para que a gestão seja efetivamente democrática.

Através do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Cônego Vitor, observa-se que o desempenho de cada segmento do Colegiado Escolar nas tomadas de decisões não é atuante devido a pouca participação de seus membros. Por isso, são necessárias orientações e reflexões para melhor organização e funcionamento do conselho escolar, com a finalidade de formar conselheiros atuantes, cidadãos críticos e conscientes que contribuam para o fortalecimento da autonomia da escola.

A efetiva participação do Conselho Escolar precisa estar ligada, prioritariamente, à essência do trabalho escolar. O acompanhamento do desenvolvimento da prática educativa, bem como do processo ensino-aprendizagem é a sua principal tarefa. Assim deve-se refletir sobre o contexto social em que a escola está inserida; as condições da escola para uma aprendizagem relevante; os mecanismos utilizados na gestão democrática; a atuação dos membros da escola e o desempenho escolar dos estudantes, construindo, assim uma escola cidadã e de qualidade.

Todo esse esforço do Conselho Escolar para conhecer a escola na sua totalidade a fim de garantir um processo de ensino-aprendizagem que atenda todos os segmentos da comunidade escolar constitui-se em um acompanhamento responsável das atividades da escola, o qual tem na solidariedade e na inclusão seus princípios fundamentais.

Firmar o envolvimento do Conselho Escolar na Escola Municipal Cônego Vitor com esse horizonte implica na conscientização de todos os membros sobre sua participação efetiva no trabalho da escola, uma vez que leva toda a comunidade escolar e local a participar ativamente do planejamento escolar calcado na participação coletiva e instituindo práticas democráticas no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou através de uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Cônego Vitor e da pesquisa bibliográfica compreender que a gestão democrática, exigência contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e da Constituição Federal de 1988, só acontece quando há de fato a participação da comunidade escolar e refletir sobre o processo de gestão participativa na escola e conselho escolar.

Percebeu-se que a participação de todos os membros da escola e comunidade precisa ser estimulada e exercitada, permitindo liberdade de expressão, posicionamentos críticos e presente na formação do processo educativo da escola, contribuindo na construção de uma educação com qualidade social.

O Projeto Político Pedagógico, como instrumento de planejamento coletivo, resgata a unidade do trabalho escolar, garantindo que não haja uma divisão entre os que planejam e os que executam. Elaborado, executado e avaliado de forma conjunta, tem uma nova lógica. Nesse processo, todos os segmentos, em especial o conselho escolar, planejam garantindo a visão do todo, e todos executam para melhor desempenho da escola, cumprindo seu papel sem torná-lo isolado e fragmentado.

Enfim, sendo o Conselho Escolar órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, e em sintonia com o gestor escola, deve tornar-se partícipe da prática educativa, nas tomadas de decisões, resgatando a função educativa de todos os participantes que atuam na escola

Enfim,

Se a finalidade última da educação é a formação de cidadãos, então, a qualidade da educação precisa estar voltada para esse fim e necessita sustentar-se em um tipo de gestão que propicie o exercício da cidadania, promovendo a participação de todos os segmentos que compõem a escola, além da comunidade local externa, ou seja, deve se sustentar na gestão democrática. (GRACINDO, 2007, p. 45)

Logo, a participação efetiva do conselho escolar torna-se condição necessária ao desenvolvimento do processo democrático, sujeitos interventores no processo de construção de uma educação de qualidade e não mero espectador, mas, sujeitos engajados na construção de uma escola democrática e participativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog., 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394/96.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 de junho de 2013.

Caderno 2 - Conselhos Escolares: Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola. DISPONÍVEL EM: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13618>. Acesso em 10 de junho de 2013.

CARTILHA. Conselhos Escolares em Movimento. Fórum Municipal dos Conselhos Escolares de Fortaleza. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/pdf/cartilha-conselho-escolar.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2013.

GRACINDO. Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Gestão da educação escolar** / Luiz Fernandes Dourado, – 4 ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012.

PACHECO. Ricardo Gonçalves. MENDONÇA. Erasto Fortes. **Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação**, – 4. ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012.

PARENTE, Marta Maria de A., LÜCK, Heloísa. **Mapeamento da descentralização da educação brasileira nas redes estaduais do ensino fundamental**. Brasília : Ipea/Consed, 1999.

TRÊS PONTAS, **Projeto Político Pedagógico da E. M. Cônego Vitor. 2012**

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 208 pág., Ed. Libertad. Disponível

em <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/planejamento/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml?page=2>. Acesso em 13 de junho de 2013.

VEIGA, Zilah de Passos A. **As instâncias colegiadas da escola**. In: VEIGA, I.P.A. Escola: espaço do projeto político pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998.

ANEXO

Projeto Político Pedagógico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CÔNEGO VITOR**

**DENISE DE FIGUEIREDO SILVA
ROSILENE APARECIDA DA SILVA PEDRO
SIMONE VITAR MARINHO SIVA
WILIANE DIXINI MIRANDA ÁVILA**

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CÔNEGO VITOR**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sobre orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1.FINALIDADES DA ESCOLA	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	09
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	20
7. AVALIAÇÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	26
ANEXOS	28

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um documento de referência para organização deste trabalho. Deve ser concebido de forma dinâmica, através do esforço coletivo, democrático cujo objetivo principal é melhorar a qualidade da educação.

O Projeto Político Pedagógico define as diretrizes que visam concretizar a filosofia educacional de uma escola. O Projeto busca uma direção, um rumo, ele é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão e pedagógico no sentido de definir as ações educativas necessárias para que se cumpram os objetivos propostos pela escola.

Através de uma reflexão conjunta, uma ação compartilhada pela comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico poderá contribuir efetivamente ajudando e estabelecendo as prioridades e objetivos da escola.

De acordo com OLIVEIRA (2010), o Projeto Político Pedagógico ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento.

Observamos que o Projeto Político Pedagógico é um caminho a percorrer, é um processo de reflexão, discussão dos problemas do cotidiano da escola tendo como finalidade a construção de um processo democrático de decisões.

O Grupo Escolar “Cônego Vitor” foi criado pelo Decreto nº 5.559 de 5 de Fevereiro de 1921, publicado no “Minas Gerais” de 6 de Fevereiro de 1921.

No dia 30 de Setembro de 1924, ocorreu sua instalação e em outubro do mesmo ano foi inaugurado, sendo o Sr. João de Abreu Salgado o primeiro diretor. Funcionava em prédio adaptado da antiga Escola Normal. De 1940 a 1947 funcionou em salas particulares. Em 8 de Fevereiro de 1948, foi entregue o novo prédio escolar à Sr.^a Diretora, D. Judith Correia de Figueiredo. Nossa cidade recebe, então, o Grupo Escolar “Cônego Vitor”, importante marco na história da educação trespontana, cujo nome presta justa homenagem ao nosso anjo tutelar Padre Francisco de Paula Victor.

Em 1961 volta o estabelecimento a funcionar em salas particulares, devido a sérios problemas no teto, em 1962 apresentando condições satisfatórias de funcionamento, volta ao seu prédio próprio, onde continua a exercer suas funções até a presente data.

Em 01 de Janeiro de 1998 foi municipalizada de acordo com a Resolução 8.889/98 passando a chamar Escola Municipal “Cônego Vitor” contando desde então, com apoio da Prefeitura Municipal.

A Escola Municipal Cônego Vitor, atende cerca de 601(seiscentos e um) alunos do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Educação de Jovens Adultos (Anos Iniciais), integrante da Rede Municipal de Ensino, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno. Está situada no centro de Três Pontas à Rua São Pedro, 95, telefone (035) 3265-5042, e-mail emconegovitor@trespontas.mg.gov.br

Atendendo alunos do centro da cidade, da zona rural e dos bairros Ponte Alta, Aristides Vieira, Morada Nova que por falta de vagas na Escola do seu zoneamento fazem uso do transporte escolar. Os pais dos alunos são na sua maioria trabalhadores rurais que dependem da colheita do café para a sobrevivência, outros trabalhadores assalariados. As mães, na sua maioria, trabalham para ajudar no orçamento familiar como domésticas ou no meio rural, deixando seus filhos nos Centros de Educação. Muitos pais são atuantes participando das reuniões e eventos promovidos pela escola, já alguns não são comprometidos com a educação de seus filhos, não acompanham, e não preocupam com a frequência dos mesmos na escola, sendo assim orientados pela diretoria da instituição.

O Quadro da escola consta com uma diretora, uma vice-diretora que são responsáveis pela parte administrativa e pedagógica, duas especialistas de educação responsáveis pela parte pedagógica, vinte e seis professores regentes de turma sendo quatorze efetivos e doze contratados, dois professores efetivos que atendem alunos com necessidades educacionais especiais, dois professores efetivos eventuais, dois professores de educação física, duas estagiárias remuneradas pela Prefeitura Municipal, que auxiliam e acompanham os alunos com necessidades especiais, uma secretária e dez auxiliares de serviços gerais.

A E.M. Cônego Vitor é uma escola central, funciona em prédio cedido pelo estado ao município, havendo processo para doação do prédio ao município. A Escola possui dois pavimentos, com doze salas de aula, quatro banheiros, uma sala técnica, uma sala da diretoria, uma sala recurso e uma sala com laboratório de informática com vinte e sete computadores. Possui também um galpão coberto, utilizado como refeitório, um pequeno palco para eventos, cozinha e lavanderia, depósito de merenda e um gabinete odontológico.

O prédio da escola encontra-se em condições precárias devido aos seus sessenta e três anos de funcionamento. Necessita de reparos na rede hidráulica, elétrica, pinturas para manutenção, reforma do piso, pois está bem danificado e conservação. Devido ao aumento da demanda de alunos a cozinha deve ser ampliada e reformada para atender as exigências legais.

O Projeto Político Pedagógico deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo educativo sendo algo em que a todo instante gera ações, que após analisadas e refletidas podem ser alteradas. A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, envolvendo professores, funcionários e comunidade escolar é um aprendizado da gestão democrática e participativa.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas Segundo BRASIL (s/d, p.7)

[...] tão importante quanto os aspectos objetivos são as características da gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor, as propriedades que explicitam a natureza do trabalho escolar, bem como a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido. Nessa direção, observa-se as múltiplas dimensões que envolvem o conceito de qualidade, o que nos remete à busca de compreensão dos elementos objetivos e subjetivos que se colocam no interior da vida escolar e na percepção dos diferentes sujeitos sobre a organização da escola. Estes elementos dizem respeito, em geral, aos aspectos envolvidos na compreensão e construção de uma escola de qualidade ou escola eficaz.

Pesquisas e estudos do campo educacional evidenciam o peso de variáveis como: capital econômico, social e cultural (das famílias e dos alunos) na aprendizagem escolar e na trajetória escolar e profissional dos estudantes. De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos.

Há também as dimensões intra-escolares afetam, sobremaneira, os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa na medida em que incidem diretamente nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, no papel e nas expectativas sociais dos alunos, no planejamento pedagógico, nos processos de participação, na dinâmica da avaliação e, portanto, no sucesso escolar dos estudantes. (BRASIL, s/d, p.16)

O planejamento da Escola Municipal Cônego Vitor se concretiza pela elaboração do Projeto Político-Pedagógico, pautado pelo princípio da busca da

unidade entre teoria e prática e se institui em tomada de decisões acerca da realidade da instituição, das concepções filosófica e pedagógica, leis e o sistema de ensino. Sabe-se que o ser humano, por ser dotado de inteligência, tem uma relação própria com a realidade que o cerca e da qual, ao mesmo tempo, é parte integrante. Ao longo da sua vida constrói uma estrutura ideológica que resulta das suas relações sociais. O seu modo de pensar, as explicações que tem para o que acontece ao seu redor são, portanto, uma expressão da sua prática social. Esta concepção implica em entender que os seres humanos podem transformar a realidade social, suas práticas, suas relações concretas com a realidade, com as pessoas e com a escola.

Na Escola Municipal Cônego Vitor o mundo representa o espaço geopolítico na qual se constrói a existência humana sob determinadas possibilidades e potencialidades, construídas historicamente pelos seres humanos face às suas relações com as condições naturais desse espaço e pelas relações pessoais e sociais. A sociedade é compreendida pela comunidade mais próxima às pessoas. O ser humano distingue-se dos demais seres naturais por sua forma de determinação, que o faz sujeito da sua existência, mas sob determinadas condições naturais e históricas por ele mesmo construído. A aprendizagem é um processo possível para todos respeitando as formas de aprender e os ritmos de aprendizagem. O professor não é o único ensinante, mas o principal mediador entre o sujeito que “aprende” e o objeto do conhecimento. A concepção pedagógica é de que o homem não nasce pré-determinado, este é um ser social, produto e também produtor da história, capaz de lidar com a dialética social, transformando, compreendendo e administrando conflitos. No processo de alfabetização damos oportunidade aos nossos alunos para ampliação de sua capacidade de autoconhecimento, comunicação e interação social, estabelecendo vínculos afetivos positivos com outras crianças e adulto, para que ele possa apropriar dos conhecimentos e bens culturais utilizando as diferentes linguagens, construindo significados que lhe permitam elaborar e reelaborar essas aprendizagens.

A metodologia utilizada são caminhos para se distinguir os objetivos e metas propostas e se faz coerente com a concepção pedagógica, utilizando-se de todos os recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos, inclusive, projetos de trabalhos interdisciplinares que através das interações aluno x aluno, professor x aluno

mediem o conhecimento e as aprendizagens de forma significativa. A filosofia compromete-se com o desenvolvimento integral do aluno, buscando a participação coletiva numa educação inovadora e significativa que forme cidadãos competentes e habilidosos para a vida, para o mercado de trabalho e convivência social e solidária.

A materialização da concepção e finalidades da escola se dá fundamentalmente, pela articulação teoria/prática. Em outras palavras, a visão de mundo, de sociedade e de ser humano assumida pela Escola Municipal Cônego Vitor se materializará na medida em que sua prática pedagógica como um todo for a expressão concreta da sua concepção

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para a realização dos objetivos em comum, muitos são os envolvidos, e para que a escola seja organizada é necessário termos conhecimento da mesma que saibamos como é feita a divisão das responsabilidades.

Toda escola consta com a parte administrativa, onde observamos o departamento de pessoal, a estrutura física e financeira. É necessário que tudo seja organizado e muito bem planejado para o bom funcionamento da mesma. Contamos também com a parte pedagógica que tem por finalidade o pleno desenvolvimento dos educandos, seu preparo para o exercício da cidadania.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Cônego Vitor, conta, atualmente com cinquenta funcionários, entre diretor, vice-diretor, professores, especialistas de educação auxiliar de serviços gerais, secretária, dentista, auxiliar de dentista e estagiárias. Este quadro é composto de acordo com cargos permitidos pela legislação municipal em caráter efetivo ou por designação. Muitas vezes, nos deparamos com professores despreparados, sendo assim, cabe ao diretor oferecer estratégias de ajuda aos professores que tenham dificuldades pedagógicas, de relacionamento com equipe escolar ou em manter disciplina em sala de aula, fazendo com que as relações sejam harmônicas e possamos ter uma educação de qualidade.

No que diz respeito à estrutura física, o prédio se encontra em condições precárias, necessitando de uma reforma, pois os pisos da sala de aula são antigos, onde encontramos vários buracos que muitas vezes causam riscos para os alunos. A cozinha é pequena, pouco arejada, não atende as normas legais, precisando de uma ampliação para que atenda melhor nossos alunos.

Contamos com sala de informática, com 30 computadores para atender nossos alunos e um estagiário que hoje os acompanha no desenvolvimento das atividades de informática.

Outra dificuldade vivida hoje é o funcionamento de outra escola no mesmo prédio o Centro de Estudos Supletivo (CESU), onde o espaço físico não comporta principalmente na parte de secretarias. Em relação à rotina da escola, por trabalharmos com crianças pequenas, mantemos os portões fechados, enquanto

que o CESU trabalha com adultos e o sistema é diferente. Sendo assim, cabe aos diretores procurarem uma forma harmônica de convivência onde se tenha qualidade na oferta de serviços à população.

No aspecto financeiro, a escola conta com verbas do Governo Federal, Programa Dinheiro Direto na Escola, onde temos autonomia para o gasto após sugestões dos funcionários com aprovação do colegiado, atendendo as necessidades da escola e dos alunos. Recebemos também a verba subvenção Social, liberada pela Prefeitura Municipal, onde é mais difícil aplicá-la, pois quase tudo é licitado pela prefeitura.

A escola mantém uma caixa escolar que tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, objetivando gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que todos eles sejam revertidos em benefício dos alunos. Sendo assim, uma das ações da caixa escolar é interagir junto à escola como instrumento da transformação de ação, promovendo o bem estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

De acordo com o artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, a Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Buscamos a garantia do padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano e escolaridade, resultando na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo. Nosso objetivo é o desenvolvimento das capacidades de aprendizagem dos alunos, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo.

A Escola tem como eixo norteador a educação inclusiva, que se efetiva por meio do Programa Ensino Alternativo, a atenção e o respeito à diversidade, tendo por objetivo o desenvolvimento pleno das potencialidades de todo o alunado, sua participação ativa na vida social, no mundo do trabalho, a aquisição e elaboração de conhecimentos e habilidades acadêmicas. A inclusão tem como finalidade construir um ambiente de convivência dos diferentes, onde ninguém seja excluído, atendendo melhor a diversidade educacional dos alunos, oferecendo-lhes a qualidade de ensino a que têm direito. Buscamos ressignificar a escola dentro do novo contexto social, promovendo a atualização dos professores e reestruturação da escola para que se torne apta a responder às necessidades de cada um dos nossos alunos, de acordo com suas especificidades.

O Ciclo da Alfabetização visa o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades considerados fundamentais ao processo de alfabetização, tem ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano em curso, suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final do Ciclo, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

No Sistema Seriado, têm ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever, atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final do 5º Ano, devam ser capazes de ler, compreender e retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos, partimos da necessidade de uma proposta educacional para subsidiar as diretrizes nas unidades escolares, elaborando um programa com especial relevância a consideração de suas dimensões social, ética e política.

Estendendo o direito ao ensino aos cidadãos de todas as faixas etárias, ampliando as oportunidades educacionais para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular, garantindo a aprendizagem essencial para formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos. Optamos pela Pedagogia de Projetos e concluímos ser a forma de organização didática mais adequada para o

desenvolvimento do trabalho escolar devido à natureza e a diversidade dos conteúdos que ele oferece e também ao seu caráter interdisciplinar.

A escola busca um trabalho pedagógico coordenado e integrado ao trabalho dos professores, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino e aprendizagem.

3. CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Cônego Vitor é constituído pelos componentes curriculares da base nacional comum previstos na LDB e organizado de acordo com as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, do Conselho Nacional de Educação. É elaborado com base na Proposta Curricular e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Sabemos que o currículo escolar é muito importante pois norteia todo o trabalho desenvolvido em uma escola tendo em vista as características do mundo e da sociedade atual.

Percebemos que o currículo é mais que uma relação de conteúdos a serem trabalhados é onde a escola mostra suas intenções para o processo ensino-aprendizagem determinando seu caráter político, pedagógico e organizacional.

O currículo pode ser definido pelo conjunto de saberes produzidos na escola que reflete todas as experiências em termos de conhecimento que serão proporcionados aos alunos.

Quando falamos em currículo escolar estamos falando da vida do aluno e da escola, assim construindo e formando o currículo ideal, através de processos de valorização e do cotidiano que vivenciam.

[...] o currículo escolar passa a ser definido como sendo todas as situações vividas pelo aluno dentro e fora da escola, seu cotidiano, suas relações sociais, as experiências de vida acumuladas por esse aluno ao longo de sua existência, as quais contribuem para a formação de uma perspectiva construcionista educacional. [...] Logo, o que se quer dizer é que a escola deve buscar na experiência cotidiana do aluno elementos que subsidiem a sua ação pedagógica e, ao mesmo tempo, recursos que contribuam para a formação do currículo escolar. Mesquita (in <http://www.webartigos.com>)

Os conteúdos das áreas de conhecimento devem estar articulados com as experiências de vida do aluno, problematizando temas relacionados à saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagens, podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e trans - disciplinar.

São ordenados quanto à sequência e ao tempo necessário para seu desenvolvimento com objetivos, amplitude e profundidade de tratamento adequados às possibilidades e necessidades dos alunos, devendo:

- Ser organizado para desenvolver competências cognitivas, afetivas, sociais, priorizando a formação e a informação;

- Enfatizar a compreensão, a interpretação, a construção e a aplicação de conhecimentos.

- Aquisição de habilidades básicas, tais como: o raciocínio lógico e crítico, a capacidade de comunicação oral e escrita, a leitura, interpretação e produção de textos e as capacidades de argumentação, de análise, de síntese e de comparação, a partir de investimentos concretos no cotidiano da sala de aula.

Na Escola Municipal Cônego Vitor a organização curricular é através do regime de ciclo 1º ao 3º Ano e regime seriado do 4º Ano e 5º Ano e na Educação de Jovens e Adultos em regime de ciclo 1ª Etapa e seriado 2ª à 4ª Etapa.

No Ensino Fundamental temos no Currículo uma Base Nacional Comum e uma parte diversificada. Na Base Nacional Comum trabalhamos Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências da Natureza, Arte, Educação Física, Ensino Religioso. Na parte diversificada temos a Literatura. Além disso, os professores trabalham projetos diversificados de Música, Dança, Teatro, Recreação, Educação Patrimonial, entre outros.

Na Educação de Jovens e Adultos as orientações curriculares referem-se à alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, cujo conteúdo corresponde às quatro primeiras séries de Ensino Fundamental.

Na organização curricular da Educação de Jovens e Adultos são observados os componentes da base comum nas seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências da Natureza, Arte, Educação Física e Ensino Religioso, sendo Educação Física e Ensino Religioso através de projetos.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A E. M. Cônego Vitor é uma escola central, funciona em prédio cedido pelo estado, havendo processo para doação do prédio ao município. Possui bela arquitetura com 02 pavimentos. O andar térreo é formado por 06 salas de aula, banheiro feminino e masculino, 01 biblioteca, 01 sala da diretoria, 01 sala de supervisão e professores, banheiro para funcionários, secretaria e hall de entrada. Possui também um galpão coberto utilizado como refeitório, um pequeno palco para eventos, cozinha, lavanderia, depósito de merenda, dois pátios cimentados, sendo um para entrada dos alunos e outro utilizado para os recreios, com quadra em estado regular, enorme horta e jardins. O segundo pavimento é composto de 05 salas de aula, 01 sala de informática com 30 computadores, banheiros masculino e feminino, 01 sala de Ensino Alternativo, banheiro de funcionários, 01 gabinete odontológico e 01 hall.

O prédio da escola encontra-se em condições razoáveis devido aos seus sessenta e três anos de funcionamento. Necessita de reparos na rede hidráulica, elétrica, assoalhos e pinturas para manutenção e conservação do mesmo. Devido ao aumento da demanda de alunos a cozinha deve ser ampliada e reformada para atender as exigências legais.

A escola atende uma clientela de nível sócio econômico variado: médio, baixo e carente. Os alunos são assistidos pela escola não só no que se refere ao ensino, material didático, merenda escolar, como assistência médica, odontológica, psicológica, fonoaudiológica e oftalmológica.

Os pais são na sua maioria, trabalhadores rurais que dependem da colheita do café para a sobrevivência, outros trabalhadores assalariados. As mães trabalham para ajudar no orçamento familiar como domésticas ou no meio rural, deixando seus filhos nos Centros de Educação. Na sua maioria são atuantes participando das reuniões e eventos promovidos pela escola, já alguns não são comprometidos com a educação de seus filhos, não acompanham, e não preocupam com a frequência dos mesmos na escola, sendo assim orientados pela diretoria da instituição.

A escola oferece o Ensino Fundamental, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano no período diurno e a EJA no período noturno. O seu sistema de ensino é organizado em ciclos nos 1º, 2º e 3º anos e séries nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. A EJA é organizada em quatro etapas sendo a primeira com duração de um ano e as demais de seis meses.

O ano letivo conta com duzentos dias letivos e carga horária de oitocentas horas no diurno e quatrocentas horas no noturno. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental as aulas tem duração de quatro horas mais quinze minutos de recreio e na EJA três horas e meia, incluídos quinze minutos de intervalo.

Foi criado um horário de reforço, ministrado pela eventual da escola para as crianças que apresentam dificuldades, dentro do horário de aula dando oportunidade para todos frequentarem, visto que alguns alunos são da zona rural e outros moram em bairros distantes. A escola conta com duas professoras especializadas que buscam assegurar ao educando com necessidades educacionais especiais as condições de ingresso, permanência e sucesso na vida escolar, dentro das especificidades dos alunos, e o apoio ao professor da turma comum onde o aluno está inserido. Os professores realizam recuperação paralela com os alunos, à medida que necessitam ou apresentam dificuldades nas atividades realizadas.

A equipe pedagógica busca através da integração, desenvolver um trabalho de qualidade onde todos participem. São realizadas reuniões para troca de experiências, conselho de classe, planejamento, estudo, enturmação. A enturmação dos alunos da Escola Municipal Cônego Vitor é realizada de acordo com a idade, o rendimento ou necessidades de adaptações dos alunos, com turmas de aproximadamente vinte e cinco alunos no ciclo de alfabetização e trinta nos quartos e quintos anos.

O supervisor pedagógico faz acompanhamento dos alunos, diagnosticando os avanços e recuos alcançados e mantendo contato com professores, direção e pais sobre a situação do aluno, resolvendo juntamente, quais os procedimentos necessários a serem adotados.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Segundo Veiga (2008, p. 18) a gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Portanto envolver toda a comunidade escolar nos processos de decisão requer do gestor escolar conhecer bem a escola, entender os principais indicadores educacionais, saber identificar os principais desafios e definir ações necessárias tanto na elaboração quanto na execução do que se propõe.

Nas palavras de Marques (1990, p. 21 apud VEIGA, 2008, p.18) a participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

Envolver toda a comunidade escolar nas tomadas decisões é uma das dificuldades ainda encontrada pela Escola Municipal Cônego Vítor, embora a equipe gestora venha buscando a cada dia envolver toda a equipe escolar, colegiado escolar e diversos segmentos na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Conselhos e Plano de Desenvolvimento da Escola, definindo junto aos pares metas, ações e objetivos a serem traçados.

O Colegiado Escolar da E.M. Cônego Vítor é composto por segmentos das seguintes categorias: profissionais em exercício na escola, constituída dos segmentos: professores e Especialista da Educação e da categoria comunidade atendida pela escola. Uma das maiores dificuldades enfrentadas é o envolvimento e participação dos segmentos nas reuniões e nos processos de decisões. A equipe gestora vem reafirmando em cada reunião a importância da participação dos segmentos neste espaço de discussão, fiscalização, consulta e deliberação das

questões educacionais da Escola a fim de garantir a qualidade no processo educativo.

A gestão da escola se traduz cotidianamente como ato político, pois implica sempre uma tomada de posição dos atores sociais (pais, professores, funcionários, estudantes...). Logo, a sua construção não pode ser individual, pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões. (Cadernos Escolares, 5)

Envolver a família na escola é uma das metas definidas no Plano de Trabalho do Gestor Escolar, proporcionar momentos de interação e envolvimento entre família X escola. A participação da família em reuniões de pais e mestres, gincanas, festas e projetos desenvolvidos pela escola. Conforme consta no Calendário Escolar na última semana de novembro acontece a Semana Educação para a Vida, durante toda a semana a equipe escolar planeja atividades voltadas para a família e alunos, palestras sobre saúde, higiene e alimentação, exposição de projetos, gincanas, teatros com apresentação dos alunos e para os alunos, enfim busca envolver todos os segmentos.

De acordo com Veiga (2008, p. 114) dessa forma, quando os educandos e os educadores percebem a escola como um local de trabalho, estudo e auto-organização para realizar suas atividades e seus interesses, eles se envolvem no coletivo e a escola se transforma em local de formação, preparação para o trabalho e exercício da cidadania.

Trabalhar junto e em parceria com o diretor da escola e membros do Conselho Escolar é uma maneira importante para que os pais contribuam com suas forças e para terem suas preocupações atendidas. Tê-los como parceiros da escola, envolvê-los nas tomadas de decisão de seus filhos, é uma forma de atuação e contribuição.

O processo eletivo para escolha do Diretor é realizado através da Secretaria Municipal de Educação que divulga Edital para inscrição dos candidatos. Se houver três chapas (diretor e vice-diretor) inscritas, ocorre a Assembleia para aclamação dos candidatos. A eleição ocorre através do voto secreto quando há mais de três candidatos ou chapas inscritos compondo então a lista tríplice. Dado direito ao voto

os profissionais da escola e colegiado escolar. Após a lista dos inscritos é encaminhada para o Chefe do Executivo que nomeará o diretor e vice-diretor.

Enfim, a gestão da escola é dinâmica e participativa, buscando junto com a comunidade escolar, colegiado escolar uma educação cada vez mais de qualidade.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

No ambiente escolar, as relações de trabalho são vínculos fortalecidos durante o decorrer do ano. Gerenciar uma instituição de ensino implica gerenciar diversos níveis de relação – relação da escola com os alunos, com a família, com órgãos governamentais, com os funcionários administrativos, professores e equipe pedagógica com a comunidade em que se está inserida – e também a inter-relação íntima entre as partes: relação professor/ aluno, professor/equipe pedagógica, escola/órgãos governamentais, funcionários administrativos/família e tantas outras.

Nas relações interpessoais nunca podemos deixar de lado a ética, cooperação, responsabilidade, respeito e companheirismo. Sobre este ponto de vista, as relações de trabalho entre funcionários na Escola Municipal Cônego Vitor, o clima de solidariedade prevalece.

No decorrer do ano escolar, nos deparamos com imprevistos e com situações inesperadas que não estão no planejamento, mas que precisam ser resolvidas para não desencadear outros problemas.

As situações inesperadas que mais acontecem no cotidiano escolar estão ligadas aos relacionamentos interpessoais que estão sempre presentes e se dão da diversidade de pontos de vista entre pessoas, de diferentes interesses, necessidades e expectativas, da diferença entre as formas de agir e de pensar de cada um.

Estamos sofrendo com o surgimento de conflitos interpessoais, muitas vezes não sabemos lidar com eles e sendo assim, temos a harmonia ameaçada. Podemos dizer que não há uma regra a seguir, mas que às vezes uma palavra, o diálogo, compromisso com a instituição e bom senso sempre ajudam a resolver. É preciso que o gestor enfrente as situações inesperadas criando novas soluções que exige muita tranquilidade, dedicação, empenho, discernimento e muitas vezes sabedoria.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

Tem função de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar o atendimento diferenciado aos alunos, as adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares e o registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola criar estratégias para a organização e reorganização do tempo e dos espaços escolares possibilitando ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, permitindo o acompanhamento constante de seu desempenho.

Na verificação do rendimento escolar observa-se, prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, possibilidade de avanço mediante verificação da aprendizagem, aproveitamento de estudos concluídos com êxito e estudos de recuperação.

O rendimento escolar compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

Os resultados das avaliações nos Ciclos da Alfabetização são apresentados utilizando-se conceitos e no Sistema Seriado notas e conceitos.

A avaliação do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formadora visando o desenvolvimento global dos alunos, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos por escrito, utilizando-se notas e/ou conceitos e informados sobre as estratégias de atendimento pedagógico diferenciados pela escola.

A progressão continuada é adotada nos três anos que compõem o Ciclo de Alfabetização.

Os processos de avaliação aferem, preferencialmente, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, aplicação de conhecimento, as habilidades, competências e automatismo adquiridos, evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A avaliação é usada como estratégia para obter as informações pertinentes sobre o processo de aprendizagem, realizar o diagnóstico e redirecionar os rumos da prática pedagógica, sempre que necessário.

Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima, obrigatória de 75% da carga horária total anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível que se encontra.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores, avaliados e validados pelos especialistas, de acordo com o currículo desenvolvido e Projeto Político- Pedagógico.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Ciclo o Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de reorientação e encaminhamento devido.

Cabe ao Conselho de Ciclo ou Conselho de Classe, proceder a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do 1º ao 3º Ano (Ciclo) são adotados conceitos A- alcançou os objetivos, B- alcançou parcialmente os objetivos propostos e C – Não alcançou os objetivos propostos.

Na avaliação do aproveitamento do aluno de 4º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, é adotado o sistema de pontos cumulativos, no valor total de 100(cem) pontos, conforme a distribuição abaixo: 1º Bimestre - 25 pontos, 2º Bimestre - 25 pontos, 3º Bimestre - 25 pontos e 4º Bimestre – 25 pontos

Na avaliação dos conteúdos da parte diversificada e dos previstos no Art. 26 da Lei 9394/96 será adotado o sistema de conceitos, não sendo o seu resultado computado para efeito de promoção com a adoção dos seguintes critérios: Ótimo, Muito Bom, Bom, Regular, Insuficiente.

Na avaliação do aproveitamento do aluno da Educação de Jovens e Adultos é adotado para a 1ª Etapa (anual) conceitos (Ótimo, Muito Bom, Bom, Regular, Insuficiente) e 2ª, 3ª e 4ª Etapas (semestral) o sistema de pontos cumulativos, no valor total de 100 (cem) pontos: 1º Bimestre - 50 pontos e 2º Bimestre - 50 pontos.

Os Estudos de Recuperação devem ser ministrados como estratégias de intervenção no processo educativo com nova oportunidade que leve o aluno ao desempenho esperado.

Os estudos de recuperação são de caráter obrigatório e preferencialmente, paralelos ao processo para garantir ao aluno a superação de suas dificuldades.

Será considerado recuperado o aluno que obtiver 50% (cinquenta por cento) ou mais nas atividades de recuperação. A nota para o aluno que recuperou será sempre a média do valor do bimestre. Ao aluno que não alcançar nota para recuperação, será registrada no bimestre a maior nota adquirida.

Ao final do Ciclo, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário.

Poderá ficar retido, após o ano, o aluno do Ensino Fundamental Anos Iniciais (4º e 5º Anos) com média final inferior a 50 (cinquenta) pontos em três ou mais conteúdos e após, esgotadas todas as estratégias de recuperação previstas pela escola em

sua Proposta Pedagógica e análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe.

Pode ficar retido, o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão, após oferecidas as estratégias de estudos de recuperação.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de reclassificação, cabendo à comissão de avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da Escola é um documento de referência para organização do trabalho escolar, dos currículos e da prática pedagógica. Construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo educativo; mobiliza professores, alunos, pais e funcionários em torno de um movimento de transformação da escola. Não é algo pronto, acabado. É algo em que a todo instante gera ações, que analisadas e refletidas, podem ser alteradas para definir melhor os próximos passos de todo o processo do coletivo da instituição.

A realidade detectada provoca ações, movimento, busca de soluções, que representam novas ações; portanto é flexível, pode ser alterada a qualquer momento que justifique o mesmo.

“O Projeto Político possibilita introduzir mudanças planejadas e compartilhadas. Essas mudanças pressupõem de um lado ruptura com uma cultura de reprovação e com uma educação elitista e, de outro lado, compromisso com a aprendizagem do aluno e com a educação de qualidade para todos os cidadãos”. (CEE, Parecer 1.132/97).

Precisamos entendê-lo como uma reflexão do cotidiano, tendo tempo necessário para reflexão e ação.

A nossa finalidade como gestores, educadores e profissionais da educação é de travar uma luta constante em prol de democracia participativa e da educação de qualidade para todos. Que se pense a educação como prática social, capaz de contribuir para a transformação da sociedade de que faz parte.

REFERÊNCIAS:

A Formação do Currículo Escolar nas Séries Iniciais. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-formacao-do-curriculo-escolar-nas-series-iniciais/13479/#ixzz2TJ3xOVIJ>. Acesso em 08/05/2013

BRASIL. A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em 10/05/2013.

Caderno 5 - Conselhos Escolares: Gestão Democrática Da Educação e a Escolha do Diretor. DISPONÍVEL EM: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=13618>. Acesso em 08/05/2013

CEE. PARECER Nº 1.132/97. Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96. Disponível em http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7BCF198F45-BDF0-4A23-979F-B87673516D0E%7D_PARECER%20113297.pdf. Acesso 14/05/2013.

Conselhos Escolares. Pais como parceiros na Tomada de Decisão da Escola. Disponível em: <http://pplace.org/publications/bulletins/Portuguese/ppbulletinv9n1port.pdf>. Acesso em: 08/05/2013.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05/05/2013.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS. DISPONÍVEL EM: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992. ACESSO EM 07/05/2013

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. DISPONÍVEL EM http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 07/05/2013.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 08/05/2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 33-52, jul/dez 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 10/04/2013

TRÊS PONTAS, Projeto Político Pedagógico da E. M. Cônego Vitor. 2012

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível.** Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2008.

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG
"TERRA DO PADRE VICTOR"
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PLANO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO VITOR
RUA : SÃO PEDRO, 95 - CENTRO
ANO: 2012

ÁREAS DE CONHECIMENTO	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
Base Nacional Comum Art. 26 da Lei 9394/96	Língua Portuguesa	06	240h								
	Matemática	06	240h								
	História	01	40h								
	Geografia	01	40h								
	Ciências	02	80h								
	Educação Física	01	40h								
	Ensino Religioso	01	40h								
	Arte	01	40h								
Parte Diversificada	Literatura	01	40h								
Total		20	800h								

Indicadores Fixos
Dias Letivos: 200
Semanas Letivas: 40
Duração do Módulo: 60 minutos
Duração de recreio: 15 minutos diários
Carga horária anual: 800h

Observações

- **Arte e Literatura:** será ministrada pelo professor Regente de Turma.
- **Educação Ambiental:** permeará todas as disciplinas conforme Lei 9.795/99 Art. 10 §1º.
- **Ensino Religioso:** a escola programará no cômputo da carga horária atividades curriculares para os alunos que não optarem pela Educação Religiosa.
- Preparação para o trabalho constará de planejamento curricular do estabelecimento de ensino e será desenvolvido sob forma de atividades integradas à Base Nacional Comum Art. 26 da Lei 9394/96 e Parte Diversificada.

Glória Lúcia Magalhães
Secretária Municipal de Educação

Tatiana Regina Fernandes Magalhães
Inspetora Escolar
Mosp 336-994-9 - Reg MEC 653



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG
"TERRA DO PADRE VICTOR"
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PLANO CURRICULAR EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO VITOR
RUA SÃO PEDRO, 95 - CENTRO
ANO: 2012

BASE NACIONAL COMUM Lei 9394/96 - Art. 26 Res. 444/01	Áreas de Conhecimentos	Módulos Semanais e Carga Horária Anual							
		1ª Etapa		2ª Etapa		3ª Etapa		4ª Etapa	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
	Língua Portuguesa	6	200h	6	100h	7	116h40	7	116h40
	Matemática	6	200h	6	100h	7	116h40	7	116h40
	Geografia	2	66h40	2	33h20	3	49h40	2	33h20
	História	3	100h	4	66h40	2	33h20	3	49h40
	Ciências	3	100h	3	49h40	2	33h20	2	33h20
	Arte	1	33h20	1	16h40	1	16h40	1	16h40
	Educação Física	2	66h40	1	16h40	1	16h40	1	16h40
	Ensino Religioso	1	33h20	1	16h40	1	16h40	1	16h40
	TOTAL	24	800h	24	400h	24	400h	24	400h

OBS.: A organização da EJA se dará com a 1ª Etapa em sistema anual e os restantes no sistema semestral. As disciplinas Ensino Religioso e Educação Física serão desenvolvidas por meio de projetos.

1ª Etapa
Dias Letivos: 200
Semanas Letivas: 40
Dias Semanais: 05
Duração do Módulo: 50 minutos
Carga Horária Total: 800h

2ª, 3ª e 4ª Etapa
Dias Letivos: 100
Semanas Letivas: 20
Dias Semanais: 05
Duração do Módulo: 50 minutos
Carga Horária Total: 400h

Glória Lúcia Magalhães
Secretária Municipal de Educação

Tatiana Regina Fernandes Magalhães
Inspetora Escolar
Mosp 336-994-9 - Reg MEC 653

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG
"TERRA DO PADRE VÍCTOR"
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CALENDÁRIO ESCOLAR 2012

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

FEVEREIRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29			

MARÇO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

ABRIL 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

MAIO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

JUNHO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

JULHO 12 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

AGOSTO 23 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

SETEMBRO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

OUTUBRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

NOVEMBRO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

DEZEMBRO 10 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

LEGENDA

- Inicio e Encerramento do Ano Letivo
- Planejamento e Reunião - 31/01
- Planejamento e Reuniões extra-turno
- Ferriados
- Feriado Letivo Municipal - 03/07
- Feriado Municipal - 23/09
- Recessos
- Semana de Educação para a Vida - 26/11 a 30/11/12
- Dia do Funcionário Público
- Dia Nacional da Consciência Negra

BIMESTRES

- 1º Bimestre - 50 dias - 01/02 a 17/04/12
- 2º Bimestre - 50 dias - 18/04 a 02/07/12
- 3º Bimestre - 50 dias - 03/07 a 25/09/12
- 4º Bimestre - 50 dias - 26/09 a 14/12/12

SEMESTRES

- 1º Semestre - 100 dias - 01/02 a 02/07/12
- 2º Semestre - 100 dias - 03/07 a 14/12/12

SRE - VARGINHA
DATA: 23/02/12
CIENTE: *Carla*

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG
"TERRA DO PADRE VÍCTOR"
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Calendário Escolar 2012 EJA - E. M. Cônego Vitor

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

FEVEREIRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29			

MARÇO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

ABRIL 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

MAIO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

JUNHO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

JULHO 12 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

AGOSTO 23 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

SETEMBRO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

OUTUBRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

NOVEMBRO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

DEZEMBRO 10 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

LEGENDA

- Inicio e Encerramento do Ano Letivo
- Planejamento e Reunião - 31/01
- Planejamento e Reuniões extra-turno
- Ferriados
- Feriado Letivo Municipal - 03/07
- Feriado Municipal - 23/09
- Recessos
- Semana de Educação para a Vida - 26/11 a 30/11/12
- Dia do Funcionário Público
- Dia Nacional da Consciência Negra

BIMESTRES

- 1º Bimestre - 50 dias - 01/02 a 17/04/12
- 2º Bimestre - 50 dias - 18/04 a 02/07/12
- 3º Bimestre - 50 dias - 03/07 a 25/09/12
- 4º Bimestre - 50 dias - 26/09 a 14/12/12

SEMESTRES

- 1º Semestre - 100 dias - 01/02 a 02/07/12
- 2º Semestre - 100 dias - 03/07 a 14/12/12

SRE - VARGINHA
DATA: 23/02/12
CIENTE: *Carla*

1ª Etapa - Anual
3ª, 4ª Etapa - Semestral